

# A HISTÓRIA QUE AS CONTAS NOS CONTAM

## O TRIBUNAL DE CONTAS: DO CASTELO DE S. JORGE À AVENIDA DA REPÚBLICA...

Mais de 3 km, em linha reta, separam o Castelo de São Jorge da Avenida da República, em Lisboa.

Na história do Tribunal de Contas, esta distância é de mais de 600 anos – o tempo que separa e o tempo que une a Casa dos Contos (1389) ao atual Tribunal de Contas.

Este percurso de 7km e mais de 600 anos passa pela Lisboa medieval e a consolidação do Estado, pela Lisboa cidade global do Renascimento, pela Lisboa reconstruída após o terramoto de 1755 e pela Lisboa do séc. XX e das Avenidas Novas.

Mas é também uma viagem pela história do Tribunal de Contas, partindo de um tempo inicial (Casa dos Contos) até chegarmos à consagração do Tribunal de Contas dos nossos dias, como órgão independente e supremo de controlo externo das finanças públicas.



*Detalhe do Castelo de São Jorge e das muralhas da cidade no panorama geral de Lisboa.*  
(Chronica do Muito Alto e Muito Esclarecido Príncipe D. Afonso Henriques, Primeiro Rey de Portugal, de Duarte Galvão. 1505).

**“NO CASTELO DE LISBOA, NUMA TORRE QUE PARA ISSO FORA FEITA E A QUE CHAMAVAM TORRE ALBARRÃ”**

(Crónica de El Rei D. Pedro / Fernão Lopes)

Com a estabilização das fronteiras, a progressiva consolidação do Estado português foi sendo acompanhada pela especialização dos seus órgãos e dos métodos de fiscalização das receitas e despesas.

Em 1255, D. Afonso III fixa a Corte em Lisboa e o Castelo de S. Jorge torna-se o Paço Real, conhecido como Paço da Alcáçova.

No reinado de D. Dinis, começa a desenhar-se o embrião da Casa dos Contos. Mais tarde, ocorreria a distinção entre os Contos de Lisboa e os Contos d’El Rei. Os primeiros tinham por função tomar e verificar as despesas e receitas de todos os almoxarifados do país; os segundos, os da Casa Real.

E seria na torre albarrã do Castelo de S. Jorge que se encontrava a documentação dos Contos de Lisboa e dos Contos d’El Rei.

## NA ZONA DO TERREIRO DO PAÇO - “CIDADELA DA ABASTANÇA”

Em finais do séc. XIV, a Casa dos Contos estava instalada num edifício ao Pelourinho Velho, na confluência aproximada das atuais Ruas da Madalena e dos Bacalhoeiros.

No reinado de D. Manuel (1495-1521), o Paço da Ribeira, na margem do rio Tejo, substituiu o Paço da Alcáçova como palácio e residência real.



Os edifícios da Casa dos Contos, da Alfândega e do Terreiro do Trigo, no primeiro plano.  
(A Ribeira de Lisboa ... / Júlio de Castilho. Vol. 2, p. 104-a)

O Paço da Ribeira e o Terreiro do Paço são agora o centro administrativo, político e comercial do Reino e do Império. Nesta zona são instaladas as principais instituições públicas e também os ligados ao comércio ultramarino, como a Casa da Índia, instalada no próprio Paço.

Nesta reorganização do centro do poder, a Casa dos Contos foi transferida para o edifício fronteiro ao portal da igreja da Misericórdia (hoje Igreja da Conceição-Velha), por volta dos anos de 1524-1526.

A este edifício quadrangular, todo de cantaria, Júlio de Castilho chamou a *cidadela da abastança de Lisboa*. A razão: além da Casa dos Contos, era nele que se encontravam também a Alfândega das Sete Casas e o Terreiro do Trigo.

Uma descrição mais completa da Casa dos Contos é-nos dada por Raphael Bluteau já no séc. XVIII: “*Este Tribunal, que está em Lisboa em hum sumptuoso edificio fronteiro ao Paço, e pegado a Alfândega, chama-se dos Contos, porque todos os que administrarão bens reaes e officios de contas, a vem dar a elle. A pessoa principal se chama Contador-Mor*”.

Foi neste edifício que a Casa dos Contos se manteve por cerca de 230 anos até que, em 1 de novembro de 1755, o terramoto e o incêndio que se lhe seguiu o arrasaram por completo.

Por onde andaram os Contos no período imediatamente a seguir ao terramoto, não se sabe ao certo.



Pormenor da Maqueta de Lisboa anterior ao terramoto de 1755.

José Avelar/Museu de Lisboa

Pertencente ao Museu de Lisboa, esta maqueta com mais de 10m de comprimento e 10.000 miniaturas de edifícios, retrata a cidade de Lisboa anterior ao terramoto de 1755. Neste pormenor, é visível o Terreiro do Paço, com o Paço da Ribeira e o seu torreão no lado esquerdo. No lado direito do Terreiro do Paço, o edifício onde se situava a Casa dos Contos.

## NO ARSENAL DA MARINHA – UM DOS PRIMEIROS EDIFÍCIOS DA LISBOA RECONSTRUÍDA

Sabe-se, sim, que no ano de 1758, a Casa dos Contos ficou instalada no edifício do Arsenal da Marinha erguido sobre os terrenos da Ribeira das Naus e da Casa da Ópera destruídos pelo terramoto.

O Arsenal da Marinha é um dos primeiros edifícios da cidade erguido após o terramoto.

Mas a história da Casa dos Contos estava prestes a terminar. Em 22 de dezembro de 1761, foi extinta e substituída pelo Erário Régio, a instituição que procurava dar resposta às exigências de um regime altamente centralizador.

Terá sido no Arsenal que o então Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal tomou posse, em 11 de janeiro de 1762, como primeiro Inspetor-Geral do recém-criado Erário Régio.



Projeto do Arquiteto José da Costa e Silva concebido em 1789

Disponibilizamos do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, em conteúdo integral dois livros, um do conjunto documental da Casa dos Contos e outro do conjunto documental do Erário Régio.

### CASA DOS CONTOS:

*[O Livro da despesa da conta de António Vaz Coimbra que serviu de tesoureiro dos depósitos dos Contos do Reino e Casa de 2 de novembro de 1755 até 15 de fevereiro de 1759](#)* (AHTC. CC 3). Aqui encontramos os registos das despesas com a mudança dos Contos para o Arsenal e com o desentulho dos cofres.

### ERÁRIO RÉGIO:

*[O Livro diário letra A das obras do Real Arsenal pela Administração da Junta do Comércio](#)* (AHTC, ER 4299). Aqui encontramos o primeiro registo de despesas para a construção do Real Arsenal com data de 1 de maio de 1757.



Cadeira que, segundo a tradição, terá sido utilizada pelo Marquês de Pombal na qualidade de Inspetor-geral do Erário Régio.

A cadeira em nogueira, com assento, costas e manchetes estofados a veludo vermelho, encontra-se numa das Salas de Sessões do Tribunal de Contas.



O edifício do Arsenal, no Largo do Pelourinho (Praça do Município). Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico

*“O edifício do Erário com o seu frontão e a sua varanda de cantaria sobreposta a um arco fechado por um portão monumental, enfrentava todo o largo [do Pelourinho] estendendo-se para poente até à Casa do Risco, e tinha muito mais imponência que o palácio do Senado.”*

(Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas / L. Bivar Guerra e M.M. Ferreira, 1950).



Dispostos em L, pela articulação de 3 retângulos, os espaços do Arsenal da Marinha (vocacionados na origem para serem ocupados pela Marinha e para constituírem estaleiros navais) foram ao longo dos anos sendo ocupados por outras instituições.

Foi neste espaço que o Erário Régio e todas as instituições que se lhe seguiram na Monarquia Constitucional e no Regime Republicano se mantiveram até 1954.

Ainda hoje persistem no Arsenal as marcas da sua permanência de quase 200 anos. É o caso da atual Sala de Sessões do Tribunal da Relação de Lisboa e que foi Sala das Sessões do Tribunal de Contas.

A que foi Sala das Sessões do Tribunal de Contas – também conhecida por Sala do Almirantado – é hoje Sala de Sessões do Tribunal da Relação de Lisboa.

Os medalhões que decoram as paredes daquela Sala representam as principais reformas legislativas do Tribunal de Contas, entre a 10 de novembro de 1849 (criação do Tribunal de Contas, com esta designação) e 11 de abril de 1911 (quando, já depois de implantada a República, o Tribunal de Contas passou a designar-se Conselho Superior da Administração Financeira do Estado).

Mais tarde, em 1919, passaria a designar-se Conselho Superior de Finanças, retomando a designação Tribunal de Contas em 1930.



10 de novembro de 1849  
Criação do Tribunal de Contas



11 de abril de 1911  
Criação do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado que sucedeu ao Tribunal de Contas Imagem



## “PASSADOS ANOS MIL VOLTA O CARRO AO SEU CARRIL” O REGRESSO AO TERREIRO DO PAÇO/PRAÇA DO COMÉRCIO

Em finais dos anos 40 do séc. XX começa a ser colocada a questão da transferência do Tribunal de Contas para outras instalações.

Das várias hipóteses, foi adotada a que englobava o torreão nascente da Praça do Comércio, que, à semelhança de outros edifícios daquela zona, era objeto da intervenção de Pardal Monteiro, o arquiteto de muitas e das mais significativas obras públicas do Estado Novo.

Com esta mudança regressou o Tribunal de Contas ao local aproximado onde funcionara a Casa dos Contos.

Torreão nascente  
da Praça do Comércio, em Lisboa,  
núcleo das instalações do Tribunal de Contas.



Ao relembrar este regresso, dizia Joaquim Delgado, Diretor-Geral do Tribunal:

*Existe no arquivo geral uma arca filipina que serviu muitos anos na Casa dos Contos. Retirado dos escombros do edifício após o terramoto, veio esse móvel até ao Erário, na Rua do Arsenal, frente ao Pelourinho Novo, e dali sai agora, passados cento e noventa e cinco anos, para passar através do histórico Terreiro do Paço e ir assentar seus fundos a pouca distância do local que então deixara. Lá diz o rifão transmontano «passados anos mil volta o carro ao seu carril».*

A arca ou “burra”, em ferro, com duas fechaduras e fecho de tranqueta, encontra-se em exposição no edifício-sede do Tribunal de Contas.

No dia 30 de março de 1954, o corpo de Magistrados do Tribunal reuniu pela última vez no edifício do Arsenal: nesse dia, além do despacho normal do “visto”, houve uma sessão ordinária e outra plenária.

No dia 2 de abril, já nas novas instalações, teve lugar a primeira sessão plenária do Tribunal no Gabinete do Conselheiro Vice-Presidente, uma vez que a Sala das Sessões ainda não estava concluída.

O Salão Nobre do Torreão e os corredores foram objeto de novas intervenções, sobretudo ao nível decorativo.

Foram encomendadas diversas obras alusivas à história do Tribunal de Contas a consagrados artistas plásticos:

Almada Negreiros, Jaime Martins Barata, Joaquim Rebocho, Guilherme Camarinha e Carlos Calvet.

No dia 25 de outubro de 1960 teve lugar a inauguração oficial das novas instalações do Tribunal de Contas.

Aceda aqui ao texto de  
Joaquim Delgado  
publicado no **Boletim  
da Direcção-Geral do  
Tribunal de Contas**  
ano 1, nº 5, de Maio 1954:

[A transferência do Tribunal  
de Contas e sua Direcção-Geral  
para o novo edifício](#)



A Sala de Sessões do Tribunal de Contas no torreão oriental da Praça do Comércio.

Os três painéis de óleo sobre tela de Jaime Martins Barata, seguindo a ordem cronológica das representações da história do Tribunal.



D. João I dá quitação a um responsável que jura com a mão sobre os Santos Evangelhos



Ato de liquidação de contas na Casa dos Contos, no tempo de D. Afonso V



Funcionário na Casa dos Contos durante a peste que assolou Lisboa no Reinado de D. Sebastião

Os baixos-relevos em bronze, da autoria de Carlos Calvet, colocados nas sobreportas da Sala das Sessões



Dois óleos de Almada Negreiros representando:

*A Rainha D. Maria II a receber das mãos do Duque de Ávila o decreto da criação do Tribunal de Contas, em 1849.*

*O Decreto n.º 18.962, de 25 de outubro de 1930, que retomou a designação Tribunal de Contas, regulando a sua organização e funcionamento.*

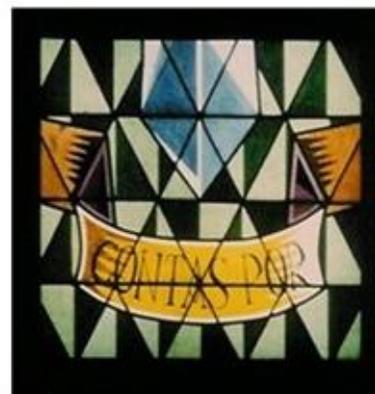
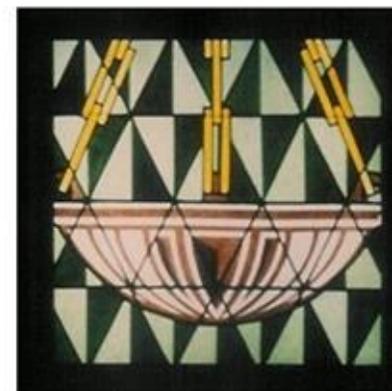
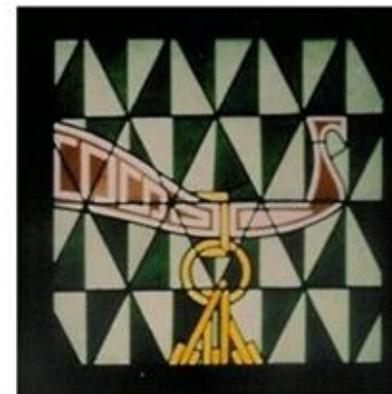
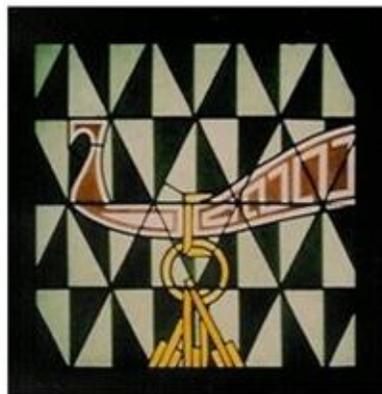




Óleo sobre tela de Jaime Martins Rebocho.

Representa a Cena de sequestro dos bens da Condessa de Atouguia, entregando o último bem que possuía.

No teto da Sala das Sessões, os vitrais com a legenda *Exatidão de contas por direito certo*, são também da autoria de Carlos Calvet.





Almada Negreiros é ainda o autor de outras duas peças de relevo do património artístico do Tribunal de Contas, encomendadas para as instalações oficialmente inauguradas em 1960 e que se encontram no atual edifício-sede: duas tapeçarias em lã executadas pelas Manufaturas de Tapeçarias de Portalegre, com base em cartões do Artista.

Uma, com as dimensões de 3700mm x 3300mm, representa O Contador, a mais antiga categoria profissional do Tribunal de Contas e que remonta à Casa dos Contos.

A segunda tapeçaria, representa O Número e mede 2600mm x 8000mm.

O Contador.  
Tapeçaria em lã.  
Desenho de Almada Negreiros.  
Execução : Manufaturas de Tapeçarias de Portalegre





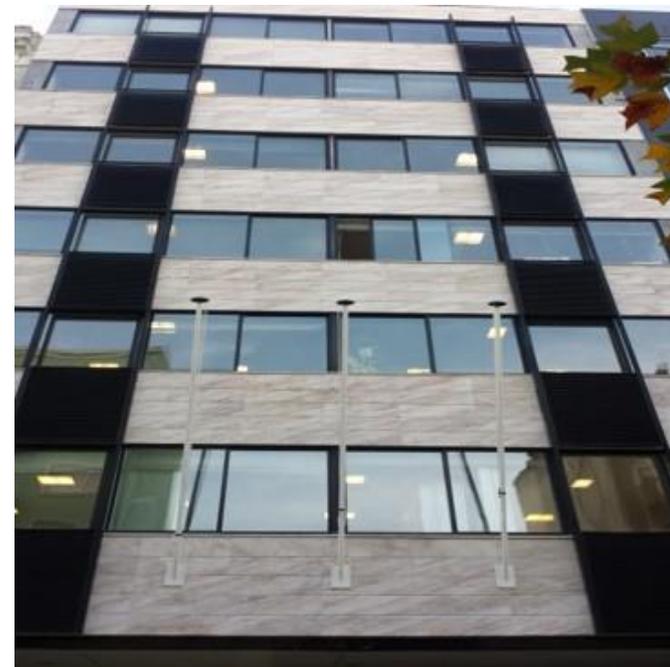
## 1989, NA AVENIDA DA REPÚBLICA

Em 1989 – o ano da primeira grande reforma do Tribunal de Contas, no regime democrático – o Tribunal de Contas mudou-se para o edifício na Avenida da República onde permanece.

Além do edifício-sede, na Avenida da República, o Tribunal de Contas encontra-se igualmente instalado num edifício da Av. Barbosa du Bocage.

As Secções Regionais dos Açores e da Madeira, criadas em 1981, estão instaladas, respetivamente, no Palácio Canto, em Ponta Delgada, e no Palácio da Rua do Esmeraldo, no Funchal.

Para compreender melhor os espaços ocupados pelo Tribunal de Contas ao longo da História, veja adiante a linha da sua evolução.



Edifício da Av. Barbosa du Bocage

Edifício-sede do Tribunal de Contas  
na Avenida da República



Entrada principal do Palácio Canto

Secção Regional dos Açores  
Palácio Canto, em Ponta Delgada



Secção Regional da Madeira  
Palácio da Rua do Esmeraldo, no Funchal



# EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRIBUNAL DE CONTAS

## Princípios do séc. XIII

Livros de *Recabedo Regni*.

Contabilidade extremamente rudimentar.  
Preocupação com uma certa fiscalização.

## Segunda metade do séc. XIII

Sedentarização dos órgãos  
da administração pública,  
da justiça e da contabilidade.

## Com D. Dinis (1279-1325)

Desenha-se o embrião dos «Contos».

## Com D. João I (1385-1433)

Autonomia dos «Contos».  
CASA DOS CONTOS (1389-1761)

## Com D. José (1750-1776)

ERÁRIO RÉGIO (1761-1832)

## A partir do Liberalismo

TESOURO PÚBLICO (1832-1844)

Comissão de Liquidação de Contas  
do Extinto Erário (1833)

Comissão Fiscal Liquidatária (1836)

Comissão do Exame das Contas dos  
Exactores (1836)

...

CONSELHO FISCAL DE CONTAS  
(1844-1849)

...

TRIBUNAL DE CONTAS (1849-1911)

## Com a República

CONSELHO SUPERIOR  
DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
DO ESTADO (1911-1911)

...

CONSELHO SUPERIOR DE FINANÇAS  
(1919-1930)

...

TRIBUNAL DE CONTAS ENTRE 1930 E 1976

...

TRIBUNAL DE CONTAS DESDE 1976